

W.
Jan 7

PROTOCOLO
ENTRE O INSTITUTO PORTUGUÊS DE CARTOGRAFIA E CADASTRO E A ASSOCIAÇÃO DE
MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO SUL PARA ELABORAÇÃO DE
CARTOGRAFIA TOPOGRÁFICA OFICIAL À ESCALA 1:10 000

Considerando que:

A informação geográfica é, cada vez mais, uma infraestrutura estratégica para o desenvolvimento e uma ferramenta essencial à realização de um amplo leque de actividades, públicas e privadas;

A cartografia topográfica a escalas grandes é um instrumento fundamental para o desempenho das missões de ordenamento do território e de promoção do desenvolvimento económico e social que estão cometidas à administração regional e local;

O País investe anualmente somas consideráveis de dinheiros públicos na produção de cartografia topográfica a escalas grandes e na elaboração de planos de ordenamento, estudos e projectos, baseados nessa cartografia;

Esse investimento vem desde há muito sendo realizado sem a necessária coordenação e sem o necessário enquadramento por normas técnicas oficiais e regras de qualidade que assegurem racionalidade na aplicação dos recursos e garantam que a cartografia produzida satisfaz efectivamente os requisitos exigíveis para as finalidades com que é produzida e para a sua integração em sistemas oficiais de informação sobre o território;

A situação do País em matéria de informação geográfica de base é ainda de grande carência, assistindo-se simultaneamente a uma deficiente rentabilização dos dinheiros públicos aplicados nessa área;

O IPCC, enquanto organismo público responsável pela satisfação das necessidades fundamentais do País em matéria de informação geográfica oficial de base para utilizações civis, dispõe de informação de base, de capacidade técnica e científica e das condições institucionais que lhe permitem apoiar e enquadrar as iniciativas das outras entidades públicas que são grandes utilizadores de cartografia topográfica a escalas grandes, no duplo sentido de melhorar a qualidade da cartografia que é produzida e de garantir a sua integração num Sistema Cartográfico Nacional que reúna e disponibilize a todos os interessados informação geográfica oficial, fidedigna e actualizada;

W.
Jan 4

O estabelecimento de parcerias com esse objectivo, entre o IPCC e aquelas entidades públicas, é uma forma mutuamente útil e responsável de garantir a necessária conjugação dos esforços no sentido da melhoria progressiva e global da situação do País em matéria de informação geográfica;

Terminada a fase de elaboração generalizada de planos directores municipais ao abrigo da legislação aprovada em 1990 e estando em curso a criação de um novo suporte técnico-jurídico do ordenamento do território e do urbanismo, centrado numa Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, os municípios e as autoridades regionais enfrentam novos desafios cuja boa resolução é tributária da existência de informação geográfica de base actualizada e competente;

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, entre o Instituto Português de Cartografia e Cadastro, adiante designado abreviadamente por IPCC, Pessoa Colectiva nº 600012654, com sede na Rua Artilharia Um, nº 107, em Lisboa, representado por Vítor Manuel Marques Campos, na qualidade de Presidente, e a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, adiante designada abreviadamente por AMVDS, Pessoa Colectiva nº 503821632, com sede na Rua Marquês de Pombal, em Lamego, representada por José Carlos Pinto dos Santos, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da AMVDS, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes.

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo regula a colaboração entre as entidades outorgantes na elaboração de cartografia topográfica oficial das áreas geográficas delimitadas no cartograma do Anexo 1, bem como a sua actualização periódica durante o período de 10 anos, com publicação cada 5 anos de nova edição actualizada.

Cláusula 2ª

Âmbito

1. Para a prossecução do objecto do presente Protocolo, são considerados como fazendo parte do respectivo âmbito, constituindo interesse conjunto dos outorgantes, os seguintes produtos finais, bem como todos os dados técnicos intermédios necessários à sua elaboração:

- a) Cartografia topográfica à escala 1:10 000, no formato IGDS;
- b) Cobertura aerofotogramétrica, à escala 1:30 000.

W.
fms

2. Este âmbito poderá ser ampliado, em qualquer momento, por comum acordo entre os outorgantes, mediante a introdução de trabalhos complementares cuja execução seja do interesse unilateral ou do conjunto dos outorgantes, ou ainda do interesse de terceiros com o acordo dos outorgantes.

Cláusula 3ª

Obrigações do IPCC

1. Ao IPCC cabe dar apoio técnico ao procedimento administrativo de selecção do prestador ou prestadores de serviços para a elaboração da cartografia topográfica definida nos termos da Cláusula 1ª, bem como à execução dos contratos emergentes ou resultantes da execução do objecto deste Protocolo, nomeadamente:
 - a) Fornecendo informação técnica de referência para a preparação dos concursos e para a execução dos contratos;
 - b) Dando assessoria técnica ao acompanhamento e à execução dos contratos, para efeitos de:
 - (i) Fiscalização/verificação dos trabalhos;
 - (ii) Aceitação dos trabalhos, recepção provisória e recepção definitiva.
2. O IPCC suportará os encargos inerentes à adaptação da cartografia já em elaboração por iniciativa da AMVDS às especificações técnicas da SCN10K.
3. Ao IPCC cabe ainda dar o parecer prévio aos actos de recepção provisória e definitiva, nos termos e para os efeitos previstos na Cláusula 7ª.

Cláusula 4ª

Obrigações da AMVDS

1. À AMVDS cabe a posição de entidade adjudicante na elaboração da cartografia topográfica definida nos termos da Cláusula 1ª e 2ª, com todos os direitos e deveres daí decorrentes, salvo os previstos neste Protocolo para o IPCC.
2. Nessa qualidade, a AMVDS obriga-se a:
 - a) Aplicar e fazer aplicar as normas técnicas oficiais ou, na ausência destas, as especificações técnicas e regras de qualidade acordadas com o IPCC;
 - b) Fornecer atempadamente ao IPCC os elementos necessários ao apoio técnico previsto nos termos do nº 1 da Cláusula 3ª e ao cumprimento do nº 2 da mesma Cláusula;
 - c) Manter o IPCC regularmente informado sobre o estado de execução dos contratos emergentes ou resultantes da execução do objecto deste Protocolo e, de imediato,

sobre os desvios verificados no cumprimento dos programas de trabalho ou das especificações técnicas e regras de qualidade estabelecidas, quando esses desvios sejam susceptíveis de pôr em causa a execução dos mesmos contratos;

- d) Fornecer ao IPCC os exemplares autênticos dos produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª, nos termos e para os efeitos estabelecidos na Cláusula 7ª;
- e) Aplicar e fazer aplicar o disposto no artº 14º do Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de Julho, durante a execução deste Protocolo e na utilização e divulgação subsequente dos produtos dele resultantes.

Cláusula 5ª

Propriedade dos direitos sobre a informação

1. Os produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª são compropriedade do IPCC e da AMVDS, nas quotas que resultam da aplicação do disposto nos números seguintes, salvo o disposto nos números 4 e 5.

2. A quota do IPCC é calculada pela fórmula seguinte:

$$Q_{ipcc} = P_{ipcc} / C_1 \times 100$$

em que:

Q_{ipcc} é a quota do IPCC, expressa em percentagem,

P_{ipcc} é o valor da comparticipação do IPCC, calculada nos termos do disposto no nº 1 da Cláusula 6ª,

C_1 é o valor total de adjudicação dos contratos na área territorial da jurisdição da AMVDS, incluindo os aditamentos respeitantes à execução do presente protocolo.

3. A quota da AMVDS é calculada pela fórmula seguinte:

$$Q_{amvds} = 100 - Q_{ipcc}$$

em que:

Q_{amvds} é a quota da AMVDS, expressa em percentagem,

Q_{ipcc} é a quota do IPCC, expressa em percentagem.

4. Os produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª, na parte respeitante à área compreendida entre os limites da jurisdição territorial da AMVDS e os limites do seccionamento rectangular definido pelo IPCC para a Série Cartográfica Nacional 1:10.000 (SCN10K), são propriedade exclusiva do IPCC.

5. Os trabalhos complementares executados ao abrigo do Protocolo por solicitação que resulte do interesse unilateral de um dos outorgantes são sua propriedade exclusiva, bem como os dados técnicos intermédios especificamente necessários à sua elaboração.

6. A propriedade dos trabalhos complementares executados ao abrigo do Protocolo por solicitação de terceiros será estabelecida caso a caso, por acordo entre as partes.
7. A utilização dos produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª pelos próprios serviços das entidades outorgantes, no âmbito das suas atribuições orgânicas, não carece de autorização e não está sujeita a qualquer pagamento.
8. Os serviços das câmaras municipais de Cinfães, Resende, Lamego, Tarouca, Armamar, Tabuaco, Moimenta da beira, Sernancelhe, Penedono e São João da Pesqueira na qualidade de municípios constituintes da AMVDS, e no âmbito das suas competências, poderão utilizar os produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª, nos termos do número anterior.
9. A cedência desses produtos a terceiros, para a elaboração de quaisquer estudos ou projectos destinados à utilização pelas entidades outorgantes, no âmbito das suas atribuições orgânicas, será titulada por licença de utilização, não estando sujeita a qualquer pagamento.
10. A utilização desses produtos por qualquer dos outorgantes para a elaboração de produtos derivados destinados a comercialização será titulada por licença de utilização e é sujeita a pagamento, proporcional à quantidade de informação utilizada e ao âmbito da difusão prevista.
11. A cedência desses produtos a terceiros, para utilização, reprodução, divulgação ou comercialização por qualquer forma, será titulada por licença de utilização e é sujeita a pagamento, proporcional à quantidade de informação utilizada e ao âmbito da difusão prevista.
12. A cedência de extractos da cartografia elaborada ao abrigo deste Protocolo, em fotocópias de papel comum em formato A4, com a finalidade de servirem de suporte à elaboração de plantas de localização dos projectos sujeitos a licenciamento municipal na área de jurisdição dos municípios constituintes da AMVDS, não está sujeita ao disposto no número anterior.
13. A licença de utilização prevista nos nºs 9, 10 e 11 é emitida a pedido da entidade interessada e obedecerá a um modelo padronizado, a acordar entre os outorgantes.
14. As receitas provenientes da cedência dos direitos de utilização, nos termos dos números 10 e 11, serão repartidas entre os outorgantes na proporção da respectiva quota.

W,
famy

Cláusula 6ª

Encargos

1. Como comparticipação no custo total de produção da cartografia topográfica prevista na Cláusula 1ª, o IPCC suportará os encargos decorrentes do desempenho das suas obrigações, descritas na Cláusula 3ª, sendo o valor dessa comparticipação calculado com base nas tabelas do Anexo 2 e do documento constante do Anexo 3, de acordo com a fórmula seguinte:

$$P_{ipcc} = I + S + Ad$$

em que:

P_{ipcc} é o valor da comparticipação do IPCC,

I é o valor da informação fornecida nos termos da alínea c. do nº 1 da Cláusula 3ª,

S é o valor dos serviços prestados, nos termos da Cláusula 3ª,

Ad é o custo da adaptação referida no nº 2 da Cláusula 3ª

2. O IPCC é ainda responsável, nos termos e para os efeitos do disposto nos nº 2 e 3 do artº 2º do Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de Julho, pela totalidade dos encargos respeitantes à execução dos produtos a que se refere o nº 4 da Cláusula 5ª, sendo esses encargos calculados de acordo com a fórmula seguinte:

$$E = A_{ipcc} \times C_{total} / A_{total}$$

em que:

A_{ipcc} é a área definida no nº 2 da Cláusula 5ª, expressa em ha,

C_{total} é custo total de adjudicação dos produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª,

A_{total} é a área total a cartografar, expressa em ha.

3. Os encargos emergentes dos trabalhos complementares executados ao abrigo do Protocolo serão suportados pela entidade ou entidades que sejam titulares dos respectivos direitos de propriedade.

4. As verbas pagas pela AMVDS ao adjudicatário dos trabalhos, que respeitem a trabalhos cujos encargos devam ser suportados pelo IPCC, nos termos do nº 2 da Cláusula 3ª e do nº 2 da presente Cláusula, serão transferidas pelo IPCC para a AMVDS, logo que solicitadas por esta entidade, e após facturação por parte do adjudicatário à AMVDS.

Cláusula 7ª

Recepção e registo da cartografia

1. O IPCC dará parecer prévio aos actos de recepção provisória e definitiva dos produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª e ainda aos produtos a que se refere o nº 2 da mesma cláusula que tenham sido elaborados por sua iniciativa, bem assim como das edições actualizadas desses produtos, nos termos da Cláusula 1ª.
2. Após a recepção definitiva, com o parecer prévio favorável do IPCC, a AMVDS enviará ao IPCC, para registo e depósito, um exemplar autêntico de cada um dos produtos a que se refere o nº 1 da Cláusula 2ª, e subsequentemente um exemplar autêntico das edições actualizadas.
3. Os produtos registados e depositados ao abrigo do disposto no número anterior adquirem o valor de cartografia oficial, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a. do nº 2 do artº 2º do Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de Julho.

Cláusula 8ª

Vigência

O Protocolo produz efeitos a partir do início efectivo das acções conducentes ao cumprimento do seu objecto e cessa com a entrega da última actualização, nos termos previstos na Cláusula 1ª.

Cláusula 9ª

Alteração e revisão

1. O Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta nesse sentido formulada por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de assinatura dos representantes legais de cada uma das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 10ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo, caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressa ou dele decorrentes.

2. Para além desta faculdade, tem a mesma entidade direito ao ressarcimento dos encargos por si suportados até à data da resolução, actualizados a essa data.

Cláusula 11ª

Interpretação

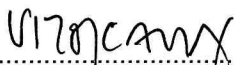
As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na cláusula 1ª.

Este Protocolo merece a concordância das entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2000

Pelo IPCC

Pela AMVDS

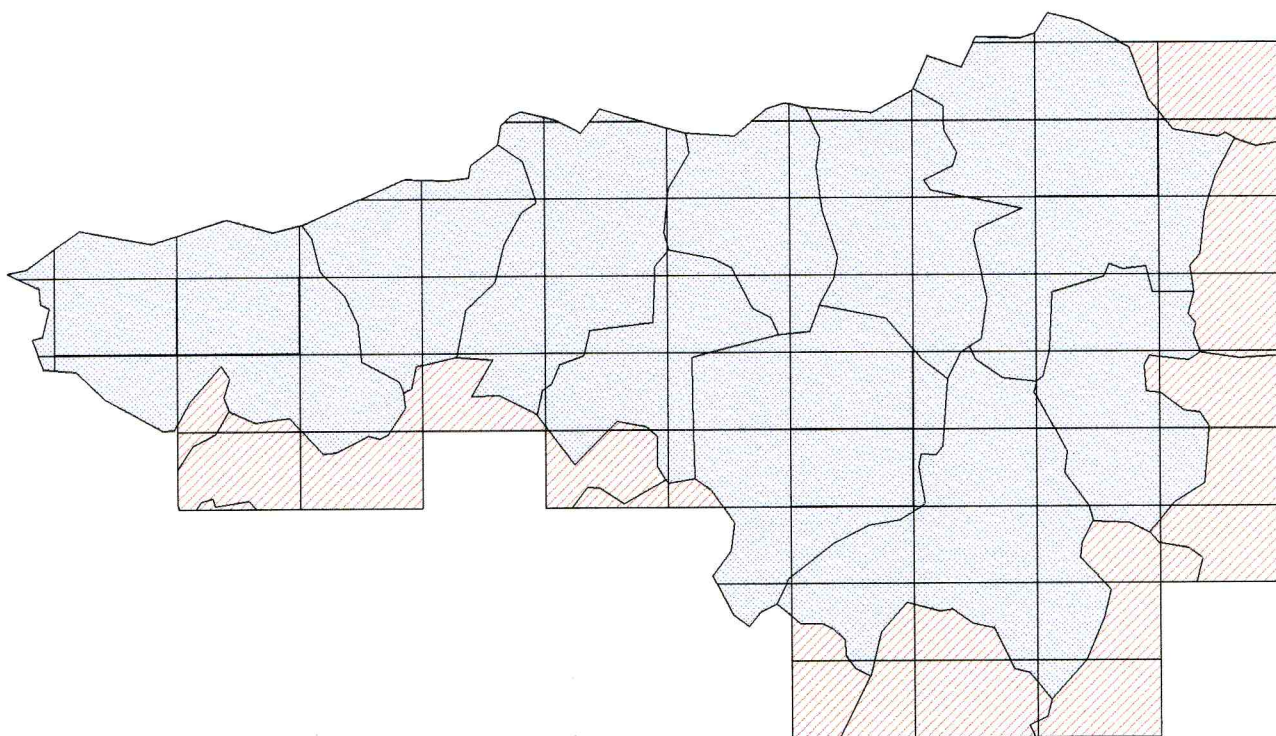




.....
Vitor Campos,
Presidente



.....
José dos Santos,
Presidente do Conselho de Administração

Anexo 1 - ÁREAS ABRANGIDAS PELO PROTOCOLO



-  Área de interesse exclusivo do IPCC (57 102 ha)
-  Área já em execução, a adaptar ao abrigo do presente Protocolo (171 500ha)

W.
FMS

Anexo 2 - BASES PARA CÁLCULO DA COMPARTICIPAÇÃO DO IPCC

S - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor da prestação de serviços é determinado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$S = [(S1 + S2 + S3) \times 1.2] + S4$$

em que S1, S2, S3 e S4 assumem os valores resultantes da aplicação dos preços unitários a seguir indicados às quantidades efectivamente realizadas.

S1- Encargos com pessoal

Grupo profissional	Hora	Dia	Semana	Mês
Técnico Superior	3 100\$00	21 500\$00	107 500\$00	474 000\$00
Técnico	1 950\$00	13 600\$00	68 000\$00	300 000\$00
Técnico -Profissional	1 250\$00	8 600\$00	43 000\$00	190 000\$00

Os valores dos encargos com pessoal são referidos a Janeiro de 1999 e serão actualizados de acordo com as actualizações salariais anuais aprovadas para a Função Pública.

S2 - Encargos com deslocações

Aplica-se o disposto na legislação sobre as deslocações dos funcionários públicos em vigor à data da deslocação.

S3 - Utilização de equipamento

Tipo de equipamento	Unid.	Custo unit.
Estação total topográfica	Equi. x Dia	4 000\$00
Receptor GPS	Equi. x Dia	5 600\$00
Estereorestituidor digital	Equi. x Dia	19 000\$00
Estação gráfica	Equi. x Dia	5 600\$00

W.
f. 5

A utilização de outro equipamento além do indicado no quadro anterior será objecto de orçamento caso a caso, a submeter à aprovação do 2º outorgante.

S4 - Serviços tabelados

Aplicam-se os preços unitários constantes da Tabela Oficial de Preços do IPCC, em vigor à data do fornecimento.

I - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO

O valor da informação fornecida no âmbito da execução do objecto do Protocolo é o somatório dos valores resultantes da aplicação dos preços unitários constantes da Tabela Oficial de Preços do IPCC, em vigor à data do fornecimento, às quantidades de informação de cada tipo que é fornecida, multiplicado pelo factor 0.85.

O fornecimento de produtos não tabelados e o fornecimento de produtos tabelados em suporte ou formato distintos dos usuais, será objecto de orçamento caso a caso, a submeter à aprovação do 2º outorgante.